

1. UMA PROVÍNCIA “REBELDE” O SIGNIFICADO DO VOTO ZAMBEZIANO A FAVOR DA RENAMO

Sérgio Chichava

Introdução

A Zambézia foi uma das províncias mais afectadas pela guerra civil que opôs durante cerca de dezasseis anos (1977-1992) o regime da Frelimo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), fazendo milhares de mortos e destruindo a economia de Moçambique. Só para se ter uma ideia do impacto da guerra nesta região, pode-se dizer que no seu auge, em 1986, cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou seja, mais da metade da população local, estimada em cerca de 2,5 milhões de habitantes (segundo o censo de 1980), encontrava-se directamente afectada e sofria de todo o tipo de insuficiências: fome, doenças, falta de vestuário adequado, etc. As comunicações entre a capital da Zambézia, Quelimane, e os distritos estavam completamente paralisadas. Os únicos meios de transporte eram o avião ou o barco, quer por causa da insegurança, quer porque as estradas tinham sido completamente destruídas. A maior parte da população rural tinha-se refugiado noutras províncias menos afectadas, em Quelimane e nos países vizinhos, sobretudo no Malawi. Segundo Hanlon (1996: 20), no fim da guerra, a Renamo ocupava mais de metade da província da Zambézia. Tal como noutras situações, a Renamo foi acusada pela Frelimo e seus próximos de ser a principal responsável pela situação catastrófica em que se encontrava a Zambézia.

Com a introdução da democracia multipartidária em 1990 e a assinatura dos acordos de paz entre os beligerantes, em 1992, a realização de eleições periódicas tornou-se possível. Desde então, realizaram-se três escrutínios eleitorais no país, em 1994, 1999 e 2004. Nestes escrutínios, a Zambézia sempre votou maioritariamente a favor do antigo movimento rebelde. Como explicar isto à luz da precária situação pós-guerra em que a província se encontrava, e das acusações da Frelimo ao papel da Renamo na origem desta situação?

O objectivo deste artigo é, pois, tentar explicar as razões pelas quais a Zambézia tem votado a favor daqueles que, segundo a Frelimo, eram simples “bandidos armados”, “agentes ou instrumentos do apartheid”, sem nenhum objectivo político senão o de destruir o país, semeando dor e luto.

Este artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, os diferentes pleitos eleitorais realizados até hoje são analisados, com especial ênfase para a Zambézia. Trata-se de analisar os discursos proferidos por cada candidato nesta província, de mostrar como a Renamo se tem aproveitado de opções equivocadas da Frelimo para tirar dividendos políticos. Na segunda, são discutidas as razões que levam os Zambezianos a votar a favor da Renamo.

A ideia defendida aqui é que o voto zambeziano a favor da Renamo é consequência directa da hostilização e marginalização desta região por parte da Frelimo, mas enraizada num longo prazo histórico que produz um voto quase “autonomista” contra o que é “Moçambique”. Com efeito, este voto exprime também um difícil e longo processo de conturbadas relações com o Estado. Os Zambezianos sempre se sentiram marginalizados, quer pelo Estado colonial quer pelo Estado pós-colonial. Para os Zambezianos, o Estado colonial sempre privilegiou certas regiões do país, tais como Beira, Nampula e, sobretudo, Lourenço Marques (actual Maputo) em detrimento da Zambézia. A riqueza zambeziana seria utilizada para desenvolver essas regiões. Este sentimento de marginalização faz-se sentir já no final do século XIX, quando, depois da Conferência de Berlim, os últimos prazos¹ foram vencidos e foram substituídos pelo capitalismo das companhias, mesmo período em que a capital de Moçambique foi transferida da Ilha de Moçambique, no Norte, para Lourenço Marques, no extremo Sul. Este capitalismo colonial está na origem dos desequilíbrios regionais do país, cujos sinais fortes foram a emergência de duas novas cidades no centro e no extremo Sul, Beira e Lourenço Marques, e, conseqüentemente, de “novas elites modernas”. Por outro lado, este capitalismo teve impactos negativos na Zam-

bézia, pois as elites locais (antigos prazeiros, seus filhos ou seus descendentes) não conseguiram adaptar-se ao novo sistema, tendo sido transformadas numa espécie de lumpen-elites. Igualmente, nenhuma das companhias estabelecidas nesta região investiu seriamente para o seu desenvolvimento, apesar de os contratos celebrados com o Estado assim o preverem. Não houve desenvolvimento de uma indústria digna desse nome, nem um sério investimento na construção de infra-estruturas socioeconómicas, tais como estradas, linhas férreas e pontes. Por exemplo, a Sena Sugar Estates, a mais importante companhia estabelecida na Zambézia, que tinha uma fábrica de açúcar no Luabo e plantações em Mopeia, não conseguiu construir uma estrada que ligasse estas duas regiões. Apesar de ter sido transformada na província mais importante do ponto de vista agrícola, a Zambézia não desenvolveu infra-estruturas socioeconómicas dignas de menção. Em 1973, quando da aprovação do último plano de desenvolvimento do tempo colonial, a Zambézia, com apenas 165,6 km, era a região com menos quilómetros de estradas asfaltadas. Nenhuma estrada ligando o Sul e o Norte da província fora construída. Durante a época das chuvas, vastas zonas desta província ficavam completamente isoladas e a circulação rodoviária, interrompida. Segundo Vail e White (1980: 3), a Zambézia é um exemplo paradigmático de como o capitalismo colonial subdesenvolveu a África.

Mas o descontentamento da Zambézia em relação ao Estado colonial manifestou-se por vários anos em forma de um anticolonialismo assimilacionista e não separatista (mais ou menos entre 1910 até 1974), uma vez que, para a elite zambeziana, “Moçambique era Portugal” e não uma colónia (Chichava 2007).

Teria a luta de libertação conseguido, e, posteriormente, o poder da Frelimo, modificar as precárias relações historicamente construídas da Zambézia com o centro do poder e com o Estado? Como se verá na sequência, tal não se deu, tendo a Frelimo reproduzido e mesmo agudizado as contradições.

“A Zambézia é da Renamo”

A análise dos discursos dos candidatos da Frelimo e da Renamo assim como das diferentes situações ocorridas durante as diferentes campanhas eleitorais na Zambézia é um ângulo privilegiado para se compreender a relação desta região com a política e com o Estado.

1994: As primeiras eleições democráticas de Moçambique

Para as primeiras eleições democráticas de Moçambique, a campanha eleitoral começou, oficialmente, no dia 13 de Setembro, mas o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, havia já começado a sua campanha eleitoral alguns meses antes, sob a capa de “visitas de Estado”. O PR tinha, assim, visitado vários pontos do país. No que diz especificamente respeito à Zambézia, uma região a priori hostil, o candidato da Frelimo visitou esta província de 21 a 26 de Agosto de 1994, cerca de três semanas antes do começo da campanha eleitoral. Em Quelimane, alguns dísticos empunhados por manifestantes diziam: “Chissano: Império de Gaza” em alusão à “sulização” do poder que tinha caracterizado o regime monopartidário. Estas manifestações (provavelmente organizadas pela Renamo) saldaram-se em alguns confrontos entre a polícia e os manifestantes. Nesta sua deslocação, quando a população lhe perguntava sobre as razões pelas quais o custo de vida era elevado, Chissano, naquilo que já constituía o tema central da sua campanha (pelo menos no que diz respeito à Zambézia), respondia:

[Os membros] da Renamo não vos explicam porque é que o preço da capulana é muito alto hoje. Eles não vos explicam porque é que o preço do açúcar é muito elevado. Eles não vos explicam porque nas estradas não há autocarros. Quando eles vos explicam, dizem que é porque o governo não quer, mas eu vou vos explicar as razões pelas quais a capulana custa caro, o açúcar custa caro. É porque eles destruíram todas as fábricas que produziam açúcar no nosso país [...] Luabo é aqui na Zambézia [...] eles foram queimar a fábrica do Luabo, eles atacaram a fábrica mais de uma vez e acabaram por queimá-la [...] Queimaram as máquinas, queimaram o açúcar [...] Eles dizem que se um dia chegam ao poder vão vender açúcar barato. Como vão fazer isso se eles queimaram tudo? (*Visita do presidente Chissano à Zambézia 1994*).

A campanha da Frelimo tinha começado em Nampula, a maior circunscrição eleitoral do país, com 50 dos 250 assentos na Assembleia da República existentes em 1994, e foi inteiramente dominada pelo tema da guerra. A Renamo era sempre apresentada como um simples grupo de bandidos, de marginais, de assassinos que haviam arruinado o país. Mais do que outras regiões do país, a Zambézia era o lugar adequado para este género de discursos, tendo em conta que foi uma das regiões mais afectadas pela guerra

civil. Assim, no dia 1 de Outubro em Lugela, Chissano, em nome duma alegada reconciliação, apela ao povo para perdoar as sevícias cometidas pela Renamo durante a guerra, mas sem nunca esquecer-las: “Esquecer é uma coisa, perdoar é outra. *Se alguém corta-te uma orelha, podes esquecer que já não tens orelha?*” (“Chissano...”, Novembro de 1994).

Alguns dias mais tarde, em Quelimane, Chissano retoma de novo o seu discurso sobre o carácter belicista da Renamo. Segundo o candidato da Frelimo, o país estava a conhecer muitos problemas porque a Renamo tinha destruído tudo:

Tínhamos um dos melhores serviços de saúde e de educação, mas foi destruído pela Renamo. A Renamo atacava as populações e obrigava-lhes a abandonar a sua terra e, hoje, ela diz que os salários não chegam para comprar um saco de arroz. Trouxeram a pobreza e hoje dizem que os salários são muito baixos. Como pensam eles que o arroz será menos caro, se eles queimaram todas as fábricas? (“Chissano...”, Novembro de 1994).

Igualmente com o objectivo de denegrir a imagem da Renamo, a Frelimo tenta um “golpe de teatro”, anunciando que havia sido descoberta uma bomba na residência do seu candidato. Mas o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, condena logo e categoricamente este incidente: a morte de Chissano seria um perigo para a democracia em Moçambique, porque era o único elemento da Frelimo que colaborava pessoalmente com ele (*Retrospectiva... 1994*). Paralelamente, em muitas regiões da Zambézia, a Frelimo encontra algumas dificuldades para galvanizar o eleitorado, tendo sido obrigada a recorrer a tolerâncias de ponto.

Por seu turno, Dhlakama abriu a sua campanha na província da Zambézia. Questionado pela imprensa, afirma ter aberto a campanha eleitoral do seu partido nesta província e não em Sofala, sua terra natal, “para agradecer o apoio que a Renamo teve dos Zambezianos durante a guerra civil e, também, porque a Frelimo sempre odiou esta província” (“Dhlakama...”, 1994). Respondendo aos ataques de Chissano, o candidato da Renamo afirma que, se a Zambézia se debatia com muitas dificuldades na Educação e na Saúde, não era por causa da guerra da Renamo, mas em razão da corrupção dos dirigentes da Frelimo (“Dhlakama...”, 1994).

À semelhança do que a Renamo tinha feito durante a guerra, com a valorização da religião e dos chefes tradicionais, então desprezados pela Frelimo, Dhlakama promete respeitar estas instituições. Dhlakama insiste também sobre a questão das “aldeias

comunais”, das machambas colectivas, das cooperativas, afirmando que foi a guerra da Renamo que acabou com todas essas “coisas más”, trazendo a democracia para o país. O candidato da Renamo prometia ainda resolver os problemas da comercialização e eliminar os desequilíbrios regionais.

Aproveitando-se das queixas dos Zambezianos, segundo as quais “a riqueza zambeziana só serve para desenvolver o Sul e não a Zambézia”, Dhlakama afirma:

A produção não serve a vocês, os Zambezianos. A Frelimo nunca vos deu importância, a vocês, os Zambezianos. É para mudar esta situação que estou aqui, para pedir o vosso voto! (“Afonso Dhlakama...” 1994).

Graças ao capitalismo colonial do final do século XIX, que na Zambézia caracterizou-se pelo estabelecimento de grandes companhias com vastas concessões de território, esta região tinha-se tornado na mais importante de Moçambique do ponto de vista agrícola. Mas esta riqueza pouco beneficiou aos Zambezianos que sempre se queixaram desta situação. Para eles, a Zambézia devia ser tratada conforme o seu “justo valor”, coisa que nunca tinha acontecido. Para a Frelimo, este tipo de reivindicações punha em risco a “unidade nacional”. Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente, já na sua “viagem do Rovuma ao Maputo”, pouco antes da independência, dizia em Milange:

As riquezas da Zambézia são as riquezas do Maputo, as riquezas da Beira são as riquezas do Niassa. Não há províncias mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas. Só existe um subdesenvolvimento, que é de todo o Moçambique. (“A nossa luta...” 1975).

Mesmo com a independência, a situação não conheceu significativas alterações, e os Zambezianos continuaram a queixar-se. Mas, num contexto autoritário como o era o período do partido único, tais reivindicações não tinham espaço, uma vez que contrárias à ideologia então dominante, e eram tratadas como manifestações de “regionalismo” ou como uma tentativa de dividir o país. Em 1983, Machel dizia que um dos grandes problemas que a Frelimo tinha na Zambézia era a sua riqueza (Machel 1983: 16-21). Não é, pois, de surpreender que a Renamo se tenha aproveitado disso para ganhar a simpatia dos Zambezianos.

Igualmente, aproveitando-se também das reclamações dos Zambebianos, segundo as quais “foram sempre governados por pessoas do Sul”, ou seja, que a Zambézia não passava de “uma colónia do Sul”, Dhlakama promete-lhes que, se a Renamo ganhasse as eleições, passariam a ser governados por outros Zambebianos e não por “estrangeiros” (nos vários escalões do governo, o governador da província, os administradores dos distritos e os dirigentes das empresas públicas).

Dhlakama tenta, ainda, tirar partido do ressentimento do maior grupo étnico da Zambézia e de Moçambique, os Macuas-Lomués, afirmando que a Frelimo sempre lhes desprezara e que, por isso, deviam votar no seu partido, uma vez que a Renamo tratava todos os Moçambicanos de forma igual. De facto, as relações entre a Frelimo e este grupo étnico nunca foram pacíficas. Por exemplo, o grosso dos militantes zambebianos da Frelimo durante a luta anticolonial era formado por membros desta etnia, mas grande parte deles desertou, acusando a direcção deste movimento de “tribalismo” (Chichava 2007). Em 1977, o então vice-ministro da Defesa, em viagem por algumas regiões da Zambézia, pediu às autoridades administrativas de Errego, no Ile, para manter secreta a sua passagem por esta região, porque, segundo ele, os Lomués não gostavam da Frelimo e nunca tinham simpatizado com ela (Vail & White 1980: 392). Também é preciso salientar que a maior parte dos militantes do Partido Revolucionário de Moçambique (PRM), o primeiro movimento a opor-se abertamente à Frelimo, eram Zambebianos desta etnia².

O candidato da Renamo prometia, ainda, a descentralização, de modo a que muitas decisões não fossem mais tomadas apenas no Sul e a favor do Sul, como sempre se queixaram os Zambebianos. A ideia de descentralização repousava também no facto de a maior parte dos partidos políticos formados por Zambebianos pedirem o federalismo.

Participaram, nestas eleições de 1994, doze candidatos à presidência da República, doze partidos políticos e duas coligações às eleições legislativas. Entre estes partidos e coligações, o Partido Trabalhista (PT), o Partido de Renovação Democrática (PRD) e a União Democrática (UD) participaram apenas nas eleições legislativas. Igualmente, é preciso sublinhar que, à excepção do Partido Independente de Moçambique (PIMO), do PRD, do Partido Democrático de Moçambique (PADEMO), do PT e da União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO), todos os outros partidos concorreram em todas as circunscrições eleitorais³.

Estas eleições foram ganhas pela Frelimo e pelo seu candidato, Chissano, com 44,3% e 53,3% dos votos respectivamente. A Renamo, já transformada em principal

partido da oposição, obteve 37,8% e o seu candidato, Dhlakama, 33,7%. A União Democrática (UD), uma coligação de três partidos (PALMO, PANADE e PANAMO), conseguiu ultrapassar a barreira dos 5%⁴, obtendo assim assentos no parlamento. Em termos de representação parlamentar, a Renamo obteve 112 deputados, a Frelimo 129, e a coligação UD apenas 9. O povo afluíu às urnas sem hesitação, tendo a taxa de participação sido de 88%.

No que diz respeito à repartição regional dos votos, a Renamo obteve maiorias absolutas em cinco das onze províncias do país: Sofala, Manica, Tete, Nampula e Zambézia. Por seu lado, a Frelimo obteve mais de 80% dos votos em quatro circunscrições eleitorais do Sul: Maputo-Província, Maputo-Cidade, Gaza e Inhambane. A Frelimo ganhou também em Cabo Delgado (58,2%) e em Niassa (47,4%).

Na Zambézia, a vitória da Renamo e do seu candidato surpreendeu a todos. Nas eleições presidenciais, Dhlakama obteve 47,6% dos votos, seguido de Chissano com 38,6%, e Carlos Reis, da Unamo, com apenas 3,1%. Nas eleições legislativas, a Frelimo obteve dezoito mandatos dos quarenta e nove em disputa, correspondentes a 31,5% dos votos. A Renamo, por seu lado, obteve 29, equivalentes a 52,5% dos votos. Enfim, a coligação UD recolheu 4,5% dos votos, correspondentes a dois mandatos.

Entretanto, a Renamo contestou os resultados das eleições, alegando a existência de inúmeras irregularidades. Entre essas irregularidades, o movimento de Dhlakama dava como exemplo o caso de 3 500 eleitores de Mucurrumba, distrito de Mopeia, zona de forte influência da Renamo, que tinham votado somente no segundo dia de eleições, porque os helicópteros que levavam o material eleitoral haviam localizado tardiamente as assembleias de voto (“Alegadas...” 1994).

É interessante também recordar um episódio que agitou o país um pouco depois destas eleições. Dhlakama anunciou que iria mudar a sede da Renamo para Quelimane, passando também a viver nesta cidade. Para Dhlakama, Quelimane era a segunda capital da Renamo e sempre o foi:

Em relação à minha ida a Quelimane, ela é fundamental [...]. A razão não é política [...] para mim ir a Quelimane é uma razão logística [...], é claro, muitos dizem que Dhlakama quer ir para lá para consolidar a vitória, pelos vistos ganhou com a maioria nas 5 províncias que comandam o país. É como Nampula e Zambézia, não há dúvida, quem controlar estas duas províncias manda nisto, o resto é conversa. É, porque, só nas 5 províncias onde a Renamo ganhou vivem mais

de 9 milhões de habitantes. Mesmo em termos económicos, é lá onde existem recursos minerais, madeira, copra, caju, pesca, agricultura e as pessoas pensam que Dhlakama estando lá é o presidente de tudo isso, e o meu irmão Chissano fica como presidente de 3 províncias aqui. Não é isso. O meu problema é logístico porque, estando em Quelimane, vão-se reduzir, à metade, as minhas despesas. Por exemplo, daqui preciso de falar com o delegado de Cabo Delgado amanhã e são elevados os custos só no transporte. Mas, se estiver em Quelimane, vou pagar metade e o mesmo acontece em relação ao de Inhambane e outras províncias do Sul. Portanto, o ponto-chave é logístico. (“A leitura...” 1995).

Podemos duvidar do factor logístico evocado por Dhlakama, e pensar que se tratava de uma maneira de contornar a lei. Tratava-se, uma vez mais, da instrumentalização de uma das reivindicações zambezianas, pois os Zambezianos sempre desejaram que Quelimane, por causa da sua localização estratégica e importância económica, fosse capital de Moçambique. Mas esta tentativa de Afonso Dhlakama não foi avante, uma vez que a lei sobre os partidos políticos impede que eles tenham a sua sede fora de Maputo, mas isso não o teria impedido, se ele assim o quisesse, de estabelecer uma residência em Quelimane.

As eleições de 1999: A Frelimo em má postura

Aquando das eleições de 1999, a Frelimo, cujo slogan era “Juntos por um Futuro Melhor”, abriu a sua campanha eleitoral na província “rebelde” da Zambézia. Por seu lado, a Renamo, que estava coligada com mais dez pequenos partidos (Renamo-União Eleitoral)⁵, abriu a sua na hostil província de Gaza, principal “bastião” da Frelimo (“Eleições...” 1999).

Num gesto de antecipação, e um dia antes do início oficial da campanha eleitoral, o candidato da Frelimo inaugurou em Quelimane, na qualidade de “Chefe do Estado”, a delegação local da Televisão de Moçambique. Durante a sessão de inauguração, houve um corte de energia que durou cerca de dez minutos, acto visto como sabotagem da Renamo (“Eleições...” 1999). Chissano foi obrigado a proceder à inauguração com ajuda das luzes de viaturas.

Os temas da campanha permaneceram invariáveis. Chissano continuou a responsabilizar a Renamo pelo atraso económico do país, enquanto Dhlakama continuava com

as suas habituais críticas em relação ao passado “marxista-leninista” da Frelimo. A única novidade foi o lugar central que passou a ocupar a questão das autoridades tradicionais.

A votação teve lugar nos dias 3 e 4 de Dezembro de 1999. Diferentemente das eleições anteriores, nestas havia somente dois candidatos à presidência da República: Chissano e Dhlakama. Armando Siueia do PANAO, Joaquim Nyota do Partido Democrático de Libertação de Moçambique (PADELIMO), Yacoob Sibindy do Pimo e Wehia Ripua da coligação União Moçambicana da Oposição (UMO), que haviam apresentado as suas candidaturas para a presidência da República, foram excluídos pelo Tribunal Supremo sob o pretexto de que as suas candidaturas apresentavam inúmeras irregularidades. Tirando a coligação Renamo-UE e a Frelimo, sete outros partidos políticos participaram nas eleições legislativas⁶.

À semelhança de 1994, estas eleições foram ganhas pela Frelimo e Chissano. Mas, diferentemente das eleições anteriores, foi uma vitória muito apertada e, talvez, usurpada. A diferença entre Dhlakama e Chissano foi mínima (2,3%). Com efeito, a Frelimo obteve oficialmente 48,6% dos votos e o seu candidato 52,3%. Por seu turno, a Renamo-UE obteve 38,8% dos votos, e seu candidato, 47,7%. A taxa de participação foi de 69%. Por outro lado, nenhum outro partido conseguiu atingir a barreira dos 5%. A UD, coligação que tinha conseguido este feito em 1994, tinha desaparecido em consequência de divergências entre os seus principais líderes.

Em relação à distribuição regional do voto, nada mudou. A Frelimo continuou a ser forte no Sul (Maputo-Cidade, Maputo-Província, Gaza, Inhambane) e no extremo Norte do país (Cabo Delgado). Por seu turno, a Renamo continuou a ter como “bastiões” o centro do país (Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula). A Renamo ganhou também na província do Niassa, que em 1994 havia votado maioritariamente na Frelimo.

Entretanto, uma vez mais a Renamo contestou as eleições, alegando a existência de fraudes, tendo submetido uma reclamação ao Tribunal Supremo pedindo a anulação dos resultados e a recontagem dos votos. A reclamação da Renamo-UE não foi aceite, e o Tribunal Supremo decidiu confirmar os resultados publicados pela CNE. Não estando de acordo com o veredicto, a Renamo decidiu não reconhecer a legitimidade do governo saído destas eleições. Para se encontrar uma saída à crise, houve conversações entre os dois ex-beligerantes. A Renamo exigia como condição a nomeação de governadores seus nas províncias onde tinha ganho e a integração de seus membros nos conselhos de administração das empresas públicas. Mas, no meio destas conversações, a Frelimo acusa o mandatário da Renamo, Raul Domingos, de ter pedido dinheiro para o seu proveito pes-

soal ao invés de se limitar a reivindicações políticas. Naturalmente, esta situação criou um mal-estar na Renamo, que acabou com a expulsão de Raul Domingos (Cahen 2001).

Depois do fracasso das negociações, e pressionada pela sua base, a Renamo prosseguiu com a sua contestação, tendo realizado manifestações não autorizadas. O regime reagiu violentamente. A polícia utilizou balas verdadeiras para reprimir os manifestantes, e o saldo destas manifestações foi de quarenta mortos e algumas dezenas de presos em condições deploráveis, tendo 43 de entre elas encontrado a morte numa prisão de Montepuez, província de Cabo Delgado (Cahen 2001).

Em relação à Zambézia, nas eleições presidenciais, Joaquim Chissano obteve somente 29,5% dos votos, ou seja, menos 10 pontos em relação a 1994, enquanto Afonso Dhlakama obteve 61,7%, ou seja, mais 14 pontos em relação a 1994.

Em relação às eleições legislativas, a coligação Renamo-UE, confirmando a sua supremacia nesta região, obteve uma forte maioria, com 70% dos votos (mais de 20 pontos que em 1994), passando de 29 deputados obtidos em 1994 para 34. A Renamo-UE ganhou também em todos os distritos, com a excepção de Inhassunge. A Frelimo, por seu lado, obteve 21,7% dos votos (menos 10 pontos em relação a 1994), correspondentes a 15 mandatos, menos quatro em relação a 1994.

As eleições de 2004: o fim da Renamo?

Nestas eleições, que eram as terceiras no novo contexto multipartidário, a Frelimo apresentou um novo candidato, Armando Guebuza, membro histórico deste partido. A Frelimo também tinha mudado de *slogan*, e de “Juntos por um futuro melhor” passou para “Frelimo, a força da mudança”. Por razões estratégicas, Guebuza foi apresentado como candidato do Norte, mais precisamente de Nampula, a província mais populosa de Moçambique. Com efeito, apesar de seus pais terem nascido na Catembe, província de Maputo, Guebuza nasceu em Murrupula, província de Nampula, em 1943, mas com apenas cinco anos de idade deixou esta província, não falando sequer a língua local, o *e-makhuwa*. Ademais, Guebuza nunca se tinha identificado como Macua, mas como Ronga, um grupo étnico do Sul de Moçambique. Igualmente, Guebuza é um dos fundadores do *Ngiyana* (coroa, em português), uma associação explicitamente Ronga. A estratégia adoptada por Guebuza tinha como objectivo fazer cair por terra um dos principais argumentos dos opositores da Frelimo segundo o qual, “depois que o país está independente, é governado por pessoas do Sul”. Também visava cativar o eleitorado do

Norte do rio Save, região dominada pela Renamo. Não foi, pois, de admirar que o candidato da Frelimo tivesse aberto a sua campanha em Nampula, mais precisamente em Murrupula, onde procedeu à cerimónia de evocação dos espíritos. Este tipo de práticas teria sido completamente impensável alguns anos atrás, pois a Frelimo considerava-as ultrapassadas e “incompatíveis com a nação moderna”, então em construção. Isso não queria dizer que a Frelimo tinha mudado a sua concepção de nação, mas tratava-se apenas de uma instrumentalização da “tradição” com fins eleitorais.

Diferentemente do seu predecessor, Guebuza não ataca directamente o líder da Renamo. Mas o tema da guerra civil esteve omnipresente nos seus discursos, sendo a Renamo acusada de “intimidar os eleitores”. Segundo o candidato da Frelimo, a Renamo-UE fazia circular mensagens na Zambézia segundo as quais “iria voltar à guerra se as pessoas não votassem nela”. Guebuza falou das realizações da Frelimo durante o último mandato, afirmando que este partido já tinha mostrado a sua capacidade em acabar com a pobreza. O candidato da Frelimo acusava também a Renamo de bloquear a reconstrução do país (*Armando Guebuza. Eleições 2004, Zambézia 2004*).

Em resumo, a imagem que a Frelimo pretendia dar da Renamo é a de que se tratava de um simples grupo de bandidos, de marginais sem nenhum programa político e cujo único objectivo era o de bloquear o desenvolvimento do país.

Por seu lado, o candidato da Renamo tinha escolhido terminar a sua campanha na Zambézia. Aquando da sua passagem por Mocuba, considerada a segunda mais importante cidade da Zambézia, em Novembro de 2004, manifestantes da Renamo brandiam dísticos onde se podia ler: “*Estamos cansados de ser enganados. Guebuza é um bandido, um criminoso, um assassino*” (*Afonso Dhlakama. Campanha eleitoral Zambézia. Mocuba e Namacurra 2004*). Por outro lado, a continuidade no discurso foi o traço dominante da campanha de Dhlakama. O candidato da Renamo-UE afirmava que, apesar de a Frelimo ter apresentado um novo candidato, este não se diferenciava do anterior pois também era velho, corrupto e ladrão. Dhlakama prometia ainda respeitar as pessoas idosas, acabar com a pobreza, criminalidade, desemprego e melhorar o sistema de justiça. Uma vez mais, o candidato da Renamo-UE insistiu sobre o facto de a Frelimo ter sempre marginalizado a Zambézia, apesar de ser uma das províncias mais ricas de Moçambique:

...Vossa província, vocês Zambebianos, são sempre enganados [pela Frelimo]
[...] Zambebianos, vocês são ricos por natureza, Deus deu-vos a riqueza [...]

o problema vem do governo da Frelimo. A Frelimo não consegue rentabilizar os recursos naturais que Deus vos deu. Olhem para floresta da Zambézia, há madeira; olhem para os recursos minerais do Gilé e de Mocuba; olhem para esta costa, o camarão, o peixe; vejam a terra para a agricultura [...] Para que a população da Zambézia acabe com a fome, para promover o desenvolvimento da província e criar emprego para a juventude. Bem administrada, pode alimentar todo o território moçambicano [...] A Frelimo tem trinta anos de governação e fala de “Futuro melhor”, é mentira! Eles não sabem governar, são mentirosos, só sabem roubar, o que esta gente sabe fazer é discriminar [...], nunca vão trazer investimentos no vosso distrito de Mocuba. (Afonso Dhla-kama. Campanha eleitoral Zambézia. Mocuba e Namacurra 2004)

Esta campanha foi também marcada por alguns factos insólitos. A Frelimo acusava a deputada da Renamo, Elisa Silvestre, de se fazer passar por Luísa Diogo, prometendo a todas as mulheres da Maganja da Costa que, se elas votassem nela, ela resolveria todos os seus problemas (“Zambézia...” 2004). Como já notámos anteriormente, as campanhas eleitorais em Moçambique têm sido marcadas por incidentes, geralmente protagonizados por simpatizantes da Renamo e da Frelimo. Por exemplo, a Frelimo acusava o deputado da Renamo Luís Boavida de agredir seus membros nos distritos de Namarroi e Pebane. Neste último distrito, Boavida, após agredir o régulo Coroba, da região de Naburi, teria afixado cartazes da Renamo-UE à força na sua casa (“Zambézia...” 2004).

Para as eleições presidenciais, apresentaram-se cinco candidatos, e para as legislativas, vinte partidos ou coligações⁷.

Estas eleições foram novamente ganhas pela Frelimo e pelo seu candidato, com 62% e 63,7% dos votos respectivamente. A coligação Renamo-UE obteve 29,7%, e o seu candidato 31,7% dos votos, o que constitui a sua mais expressiva derrota desde 1994. Raul Domingos, antigo quadro sénior da Renamo e então candidato pelo PDD, foi o terceiro candidato mais votado com 2,7% dos votos. Yacoob Sibindy e Carlos Reis obtiveram cada um menos de 1% dos votos. E, à semelhança das eleições de 1999, somente a Renamo e a Frelimo ultrapassaram a barreira dos 5%, o que confirmava a bipolarização política do país.

Uma vez mais, a Renamo contestou os resultados das eleições, alegando a existência de inúmeras irregularidades, e apresentou queixa na Comissão Nacional de

Eleições (CNE). A CNE rejeitou a queixa da Renamo, confirmando a vitória da Frelimo. A Renamo persistiu, submetendo a sua contestação ao Conselho Constitucional (CC). Esta instituição, à semelhança da CNE, decidiu validar os resultados a favor da Frelimo e do seu candidato, considerando que a queixa da Renamo havia sido apresentada fora do prazo.

Como explicar esta esmagadora derrota da Renamo?

Estas eleições foram caracterizadas por uma taxa de abstenção muito elevada, oficialmente estimada em 64% ao nível nacional. Na Zambézia, dos 1 874 601 eleitores, apenas 474 119 (ou seja 25%) exerceram o seu direito de voto. Nenhum distrito atingiu uma taxa de participação superior ou igual a 35%. Quelimane e Alto-Molocué, com uma taxa de participação de 33%, foram as circunscrições eleitorais que registaram maior participação, e Mopeia, com apenas 19,6%, foi a que registou menor taxa de participação. Esta abstenção mostrou-se bastante prejudicial para a Renamo, que contava com os votos dos Zambezianos. Contudo, isso pode ser imputado à própria Renamo, cujo discurso girava sempre em torno de fraude. Com efeito, o facto de a Renamo dizer sempre que a Frelimo forja os resultados das eleições desmotivou os seus eleitores, que deixaram de votar porque o seu partido “jamais iria ganhar eleições”. Antes e durante a campanha eleitoral, Dhlakama dizia que a Frelimo estava a preparar a fraude, que desde 1994 ganhava eleições de maneira fraudulenta, e que, em vista disto, a Renamo não conseguia chegar ao poder. Dhlakama até chegou a ameaçar tomar o poder à força nas províncias onde ganhasse as eleições. A Renamo foi, assim, vítima do seu próprio discurso, como ilustra este exemplo:

Não fui votar porque, cada vez que votamos, ouvimos dizer que a Renamo perdeu. Na minha família ninguém foi votar por causa disso. Eu jamais irei votar porque o meu partido nunca ganha. Se vou votar, o meu voto é dado a outra pessoa e não à pessoa na qual votei. Isso é corrupção. Estão sempre a roubar os votos de Dhlakama. Moçambique está cheio de corrupção. Com Dhlakama as coisas vão melhorar. Repara que os ladrões matam pessoas e, quando são levados à polícia, alguns minutos depois são libertados! Não há lei, não há nada! Como é que o país vai se desenvolver? Nós queremos leis, com a Frelimo vamos viver sempre assim? Desemprego, custo de vida cada vez

mais elevado [...] Queremos nos sentir como cidadãos. Abaixo a corrupção! Com Dhlakama a vida vai melhorar. Se ele ganhar, vou fazer uma festa [...] Todo o mundo vai votar por uma coisa melhor, mas nada muda. Sempre há fraudes, queremos ver uma coisa melhor [outro governo diferente do da Frelimo], para ver como vai governar, mas o nosso voto não vale nada. (Entrevista, M. Antónia, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004)

A Renamo também foi vítima de excesso de confiança. Com efeito, após as eleições de 1999, as quais quase venceu, o partido de Dhlakama estava completamente convencido de que, desta vez, ganharia facilmente as eleições e, por isso, não precisava de fazer uma campanha forte. Esta convicção era tão forte que a Renamo até conseguiu algo antes impensável: a adesão espectacular e pública de alguns altos quadros do Estado, tais como Eduardo Namburete, Ismael Mussá, entre outros, criando um certo desconforto nas hostes do seu principal adversário.

Mas também houve outros factores não negligenciáveis que jogaram um papel fundamental na derrota da Renamo: o distanciamento das assembleias de voto em relação aos locais de residência, a abertura tardia das assembleias de voto, a troca dos cadernos eleitorais, o atraso no envio do material de votação, o recenseamento de menos eleitores, tudo isto nas zonas rurais onde é forte a influência da Renamo.

Segundo um membro do Observatório Eleitoral, no distrito de Chinde, a distância entre os locais de residência e as assembleias de voto foi um dos principais factores a desmotivar os eleitores:

Na zona da Matilde [distrito de Chinde], certas pessoas deviam caminhar uma distância de 15 ou 20 kms para ir votar; outras deviam atravessar o rio Zambeze. Ora, no lugar de irem votar, as pessoas preferiram ficar nas suas casas por causa da distância. Trata-se de uma zona de forte influência da Renamo. A distância entre os locais de residência e as assembleias de voto ditou o voto no Chinde. Há também a questão da omissão dos nomes nos cadernos eleitorais. (Entrevista, P. Luciano, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004)

A mesma situação foi constatada no posto administrativo do Chire, distrito de Morumbala, como ilustra este testemunho de um outro membro do Observatório Eleitoral:

As distâncias eram muito grandes, o que fez com que apenas os homens fossem votar, porque tinham bicicletas. Havia também o problema das listas eleitorais que não correspondiam às assembleias de voto, o que impedia as pessoas de votar. Isto verificou-se em quase todas assembleias de voto que controlo em Campata, Chilomo e Sandramo. Noutros casos havia cadernos eleitorais com nomes omitidos. (Entrevista, J. Chambal, Quelimane, 4 de Dezembro de 2004)

Por exemplo, no posto de votação EP1 de Malema, posto administrativo de Mulela, distrito de Pebane, até às 15 horas de 1 de Dezembro não estava disponível o caderno eleitoral correspondente a essa assembleia de voto. Em alguns locais de Maganja da Costa, até à manhã do dia 2 de Dezembro, o material de votação ainda não havia sido recebido⁸.

É preciso sublinhar que as manobras da Frelimo começaram durante o recenseamento eleitoral. Segundo o Carter Center, a distância média entre os lugares de residência e os lugares de recenseamento era duas vezes maior na Zambézia e Nampula do que a média nacional (The Carter Center, 2004). Igualmente, durante o recenseamento eleitoral, a Renamo queixava-se da não mobilização de um número suficiente de brigadas para recensear os eleitores nas zonas de sua forte influência. Ademais, não foi realizado um novo recenseamento (como pedia a oposição). Simplesmente foi realizada uma actualização dos antigos cadernos eleitorais sem se ter em conta, por exemplo, o número de pessoas falecidas. Isto torna também difícil ter uma ideia da real taxa de abstenção.

A “resistência” da Zambézia

Contrariando o resultado obtido a nível nacional, e mesmo nos seus tradicionais “bastiões”, a Renamo ganhou uma vez mais na Zambézia. É preciso sublinhar que a Zambézia e Sofala foram os únicos dois círculos eleitorais onde o partido de Afonso Dhlakama obteve menos perdas. Com efeito, a Renamo obteve 52,7% dos votos e Dhlakama 56,8%. Guebuza obteve 37,4% e o seu partido 36,3%. Num contexto globalmente pouco animador para a Renamo, o partido conseguiu assegurar maiorias absolutas ou mesmo resultados que ultrapassavam os 2/3 dos votos nas regiões fronteiriças com o Malawi de Milange e Morrumbala (à excepção de Lugela). O mesmo resultado foi registado em Alto-Molocué, distrito fronteiriço com a província de Nampula e berço dos *Naparamas*⁹.

No litoral e no interior, a Renamo obteve maiorias relativas. À exceção de Gurué (onde havia perdido em 1994 mas ganhou em 1999 e 2004), de Inhassunge (onde nunca ganhou), a Renamo domina completamente a circunscrição eleitoral da Zambézia. O caso do distrito de Inhassunge merece uma atenção particular, pois é o único na Zambézia onde a Renamo nunca ganhou. Facto novo nestas eleições foi a vitória da Frelimo no distrito costeiro de Chinde, próximo de Quelimane, uma região anteriormente pró-Renamo.

Em comparação com as eleições de 1999, a Renamo perdeu cinco deputados, passando de trinta e quatro a vinte e nove. A Frelimo, por seu turno, ganhou mais quatro deputados, passando de quinze a dezanove.

Entretanto, diferentemente dos resultados nacionais, nas últimas eleições municipais de 2003, a Frelimo ganhou nos quatro municípios existentes nesta província, Quelimane, Mocuba, Gurué e Milange. Como explicar isto?

Em primeiro lugar, é preciso notar que, diferentemente das eleições gerais, nas eleições municipais só a sede do distrito é considerada município, correspondendo, assim, a uma circunscrição eleitoral. A população que não vive na sede do distrito é, portanto, excluída do processo. E, globalmente, o eleitorado da Frelimo é urbano. É neste sentido que deve ser percebida a diferença entre os resultados das eleições gerais e os das eleições municipais.

É também preciso insistir sobre dois casos interessantes ocorridos nas cidades de Mocuba e de Quelimane. Na primeira, o candidato da Renamo, José Manteigas Gabriel, foi excluído pela CNE, após uma reclamação da Frelimo alegando a existência de inúmeras irregularidades na sua candidatura. Segundo a Frelimo, Manteigas havia falsificado os documentos que provavam a sua domiciliação na cidade de Mocuba para atender aos ditames legais, os quais estipulam que o candidato dever ter domicílio no local até seis meses antes das eleições. Esta alegação revelou-se falsa alguns dias mais tarde e, após um recurso da Renamo-UE, o Conselho Constitucional decidiu anular a decisão da CNE. Porém, tal ocorreu a um dia das eleições, o que já não permitia ao candidato da Renamo-UE fazer qualquer tipo de campanha eleitoral. A Renamo-UE pediu à CNE o adiamento das eleições neste município, pedido este que foi recusado. E, como era previsível, a vitória em Mocuba coube à Frelimo e ao seu candidato Rogério Gaspar.

Em Quelimane, a Frelimo, consciente de estar num terreno hostil, havia apresentado como candidato Pío Matos, um cidadão misto proveniente de umas das mais an-

tigas e importantes famílias zambezinhas e antigo membro da Renamo. Isto foi decisivo para a vitória deste partido, pois os quelimanenses votaram mais pelo candidato do que pelo próprio partido, como explica esta testemunha:

Pio Matos é um filho da terra. Votamos pelo Pio Matos porque vem de uma família muito reconhecida aqui, de uma família muito respeitada. Não votamos pela Frelimo. Se a Frelimo tivesse apresentado um outro candidato e não Pio Matos, teria perdido as eleições.” (Entrevista, C. Damas, Quelimane, 25 de Novembro de 2005)

Isto mostra que não é certo que a Zambézia se identifique ideologicamente com a Renamo, mas que utiliza este partido como um instrumento para fazer pressão à Frelimo.

O significado do voto zambezinhas a favor da Renamo

Em primeiro lugar, é preciso dizer que factores gerais, como a corrupção, o desemprego e a criminalidade são evocados pelos eleitores zambezinhas para justificar o seu voto a favor da Renamo. Ainda nos factores gerais, é preciso evocar a política de “modernização autoritária” da Frelimo (aldeias comunais, negação religiosa e das tradições locais, construção do “Homem Novo”, humilhação e negação do poder tradicional, etc.) e a guerra civil como factores que explicam o voto zambezinhas a favor dos antigos “bandidos”. Contudo, há outros factores que são especificamente zambezinhas, os quais fazem parte do que muitos chamam de “teoria do complô”, isto é, a percepção de que haveria “uma intenção deliberada para destruir a Zambézia” por parte da Frelimo. Por quê este sentimento?

O desemprego, a pobreza a exclusão e a “modernização autoritária” como factores determinantes do voto

Imediatamente após a independência, houve um caos económico que provocou a perda de milhares de empregos, com o encerramento de fábricas e a falência das plantações. Ora, numa região como a Zambézia, onde quase não havia desemprego, é normal que esta seja uma das razões da insatisfação das pessoas:

Quando a Frelimo chegou, os empregos desapareceram, houve fome. Após a independência não havia muita consideração com as pessoas da Zambézia. As pessoas tinham que andar muitos quilómetros à procura de água [...] também é porque as pessoas que o governo da Frelimo é do Sul, porque não há transportes, os prédios são do tempo colonial... (Entrevista, E. Sadiane, 16 de Novembro de 2005)

A este sentimento geral, deve ser salientado o descontentamento de milhares de antigos trabalhadores das plantações zambezianas. Estes responsabilizaram a Frelimo pela grave situação em que se encontravam, e reclamavam indemnizações devidas há já muito tempo. Durante a campanha eleitoral para as eleições de 2004, Luísa Diogo, directora da campanha da Frelimo na Zambézia, teve que se reunir às pressas com milhares de antigos trabalhadores da antiga empresa estatal Emochá, os quais haviam caído em desgraça depois que esta faliu, aos quais prometeu compensações financeiras (“Como votarão...” 2004).

Ao descontentamento dos antigos trabalhadores das plantações, junta-se o dos antigos pequenos proprietários das plantações, em particular os proprietários dos coqueiros na zona costeira. Estes, que eram considerados “pequenos burgueses” e foram muito hostilizados pela Frelimo, fizeram parte dos que sofreram mais com a desorganização do circuito de comercialização (fuga dos comerciantes portugueses e indianos, falta de transporte e de mercado, dificuldades de escoamento através do porto de Quelimane, problemas de estradas, etc.).

Em 1978, havia em toda a província da Zambézia cerca de dez mil toneladas de copra a apodrecer porque não havia nenhuma possibilidade de escoá-las. O pequeno produtor que vivia só da sua produção foi o mais afectado. As companhias que habitualmente lhes compravam a produção não estavam em condições de fazê-lo porque também se debatiam com os mesmos problemas. Os seus armazéns encontravam-se totalmente abarrotados porque não havia nenhuma possibilidade de escoamento (“Zambézia...” 1978). É preciso dizer que os pequenos produtores chegaram a representar 43% da produção total de copra na Zambézia (*A Copra...* 1950), e seus rendimentos contribuíram enormemente para a sua emancipação económica. No entanto, a sua situação tornou-se desesperadora, como explica esta testemunha:

Durante o tempo do colono, as pessoas não tinham necessidade de trabalhar. Praticavam a agricultura e vendiam os seus cocos às companhias [...] Aqui as companhias dependiam muito da produção camponesa, mas com a indepen-

dência tudo desapareceu. As pessoas eram obrigadas a comer coco todos os dias, porque não havia mais nada para comer. A [Sociedade do] Madal, a [Companhia do] Boror, ou a Companhia da Zambézia não compravam mais os cocos [...] As crianças deixaram de ir à escola porque os pais não tinham dinheiro para lhes comprarem roupas [...] Hoje as pessoas estão pobres [...]. Todos os que viviam dos coqueiros ficaram pobres, como queres tu que eles esqueçam?” (Entrevista, C. Dalmas, 25 de Novembro de 2005)

Esta crise, que não atingia somente o sector de copra mas todo o sector agrícola zambeziano, prolonga-se até hoje, e constitui sem dúvida um elemento importante para compreender o distanciamento dos Zambezianos em relação à Frelimo. Ciente disso, logo após a sua investidura, o governo de Armando Guebuza começou a fazer o inventário dos antigos trabalhadores descontentes a fim de proceder ao pagamento das respectivas indemnizações. Em alguns casos, o governo já começou com as compensações. É o caso dos 4500 antigos trabalhadores do Complexo Agro-pecuário de Lioma, antiga empresa estatal (Zambézia Online 2006a). Os antigos trabalhadores da empresa moçambicana de chá (Emochá) também já começaram a receber as respectivas indemnizações (Zambézia Online 2006b).

Mas também é preciso salientar que o voto zambeziano a favor da Renamo é, à semelhança de muitas regiões do país, uma reacção ao paradigma de “modernização autoritária” da Frelimo. Contudo, o que é específico a esta região é que, na Zambézia, esta política foi duramente contestada. A contestação caracterizou-se pelo apoio que a população rural concedeu aos movimentos anti-Frelimo (PRM e Renamo) e a propagação de rumores pondo em causa a governação da Frelimo.

Nos primeiros anos da independência, o apoio aos movimentos anti-Frelimo (ao PRM, por exemplo) consistia, entre outros, em alimentação e informação sobre a localização das tropas da Frelimo. Esta situação foi mesmo confirmada pelo governo da Frelimo, que não percebia as suas motivações. A situação era de tal modo preocupante que o governo local propôs a organização das populações em aldeias comunais para evitar que esta estivesse em contacto com o “inimigo” (MDN 1980; 1982). A população, no entanto, também ajudou o PRM a destruir as “aldeias comunais”, naquilo que localmente ficou conhecido como “*wotcha weka*” (queima você mesmo a sua aldeia comunal). O desprezo pelas autoridades tradicionais foi também fatal para a Frelimo, uma vez que estas também apoiaram os movimentos que contestavam o regime de Maputo. Hoje, no

contexto multipartidário, as autoridades tradicionais constituem uns dos importantes suportes da ajuda à Renamo, embora a Frelimo tenha já começado a estender a mão na sua direcção. Na Zambézia, existem regiões onde o governo da Frelimo encontrava sérias dificuldades para realizar as suas actividades político-administrativas. Em 2000, por exemplo, o governo de Milange dizia que encontrava inúmeras dificuldades para trabalhar na localidade de Nantuto, uma vez que as autoridades tradicionais não gostavam da Frelimo e estavam “seriamente comprometidas com a Renamo” (ADMPPM 2000).

Quanto à propagação de rumores ou boatos, o caso mais emblemático foi o fenómeno chupa-sangue. Segundo a população zambeziana, os chupa-sangue eram pessoas que, durante a noite, andavam de casa em casa e chupavam o sangue das suas vítimas através de instrumentos especiais. Mas o que é preciso reter aqui é que os rumores alertavam que essas pessoas chupavam o sangue das populações com a conivência da Frelimo. As pessoas começaram, então, a dormir de dia e de noite ficavam em grupos, dançando e cantando a fim de afugentar os chupa-sangue. Como resultado, as machambas colectivas, cooperativas e empresas estatais, ficaram paralisadas. Os responsáveis da Frelimo, acusados de apoiarem os chupa-sangue, foram atacados pela população. Nestes confrontos, para além de dezenas de feridos e presos, houve mortos. Podemos citar os casos de Missale, na Maganja da Costa, onde foram registados quatro mortos, de Pebane e Inhassunge, onde foi registado um morto. O chupa-sangue era, sem dúvida, uma reacção às políticas de “modernização autoritária” da Frelimo, como bem explica o Bispo de Quelimane, Dom Filipe Governo:

O chupa-sangue foi uma expressão metafórica utilizada pela população para exprimir o seu descontentamento em relação ao governo [...], talvez o governo não compreendeu bem a mensagem. O facto de a população ter acusado o governo foi uma metáfora com vista a opor-se à exploração, à opressão, tanto mais que a população atacava o próprio governo, os administradores [...] Os bens das populações eram explorados pela Frelimo [...] a reacção foi violenta [...] a população libertou presos em Pebane. (Entrevista, Quelimane, 9 de Outubro de 2004)

As atrocidades da Frelimo durante a guerra civil

A guerra civil é outro elemento importante para compreender as razões do voto zambeziano a favor da Renamo. Com efeito, durante esta guerra, numerosas atrocida-

des contra a população foram cometidas pelas tropas da Frelimo: violação de mulheres, assassinatos, roubos de produtos nas machambas, pilhagens dos bens das populações. Havia instruções dadas pelo Comando Militar Provincial para eliminar todo e qualquer suspeito de colaborar com a Renamo, e não era raro o cometimento de abusos, tais como a amputação de sexos. Velhos, doentes e crianças eram obrigados a fazer parte das tropas da Frelimo (ADDMOR 1991; GPZ 1993; ADMC 1986; ADDGI 1986). Em Milange, vila completamente abandonada após o ataque e consequente ocupação pela Renamo em 1986, as pessoas ainda guardam na memória as atrocidades cometidas pelas tropas da Frelimo para obrigarem as pessoas a voltarem a viver na vila quando esta foi “recuperada”, como nos conta esta testemunha:

A nossa tropa ia procurar as pessoas refugiadas no mato para lhes obrigar a viver na aldeia. Se eles recusassem, eram amarradas e trazidas para aqui. Prendiam também pessoas suspeitas de serem da Renamo e eram arrastadas atrás dos blindados, as pessoas eram torturadas de qualquer maneira. Aqui em Milange, o comandante Funhamuendo era o terrível. (Entrevista, E. Malua, Milange, Dezembro de 2005)

Esta opinião é também partilhada por outros Zambesianos, como, por exemplo, este jovem da etnia Chuabo, de Inhassunge, sul da Zambézia, que explica ao mesmo tempo uma diferença de atitude entre os militares da Frelimo e os da Renamo. Os primeiros seriam muito brutais e os segundos, mais complacentes em relação à população:

Na minha região, Micaune, a maior parte das pessoas gosta da Renamo, porque, durante a guerra, a Frelimo assassinou muita gente na zona dos Abreu [que tinha sido ocupada pela Renamo]. Quando a Frelimo foi recuperar esta zona disse: “são vocês os homens que colaboraram com a Renamo”, então todos os homens eram mortos na zona dos Abreu em Inhassunge [...] matavam só homens e não mulheres [...] os soldados da Frelimo faziam-nos sofrer [...] nesta zona, as pessoas viveram muito tempo com a Renamo. Quando os soldados da Renamo tinham fome pediam comida à população, não arrancavam usando a força, pediam... (Entrevista, M. Abudo, Quelimane, 30 de Novembro de 2005)

Estes depoimentos mostram que muitos Zambezianos estão longe de esquecer as brutalidades das forças da Frelimo.

Um complô da Frelimo para destruir a Zambézia?

Para alguns Zambezianos, haveria da parte da Frelimo uma atitude deliberada para bloquear o desenvolvimento desta província, sob o pretexto de que se tratava de uma província que “nunca gostou deste partido”, de uma província que não estava interessada na independência do país. Em resumo, de uma província que sempre esteve comprometida com os “inimigos da pátria”.

Para compreender isto é preciso dizer que, durante a luta pela independência, a Zambézia foi a única das quatro “frentes” (Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia) onde a luta da Frelimo fracassou completamente. Segundo a Frelimo, a sua luta na Zambézia teria sido dificultada pelo facto de a maior parte dos Zambezianos que haviam aderido a este movimento terem desertado, juntando-se a Jorge Jardim¹⁰ e à polícia política do regime português, a PIDE (Machel 1983). Para os Zambezianos, a exclusão e marginalização que sofreram após a independência faz parte da estratégia da Frelimo para os “castigar” por não terem apoiado a sua luta contra Portugal. Não há dúvidas de que a deserção de milhares de Zambezianos durante a guerra colonial nunca foi bem digerida pela Frelimo, como ilustra este discurso de Samora Machel em Junho de 1983 em Quelimane:

Durante a luta armada de libertação nacional enfrentámos no seio da Frente de Libertação de Moçambique, muitas acções dos bandidos armados. *Aqui, na Província da Zambézia, o banditismo armado tem características muito específicas.* Durante a luta armada de libertação nacional, mais de dois mil homens, naturais da Província da Zambézia, desertaram para o Malawi onde construíram a sua base contra a Frelimo. Durante a guerra de libertação, o Bonifácio foi nosso representante no Malawi. Em 1969, por ele ter prendido 15 desertores da Frelimo, que eram da PIDE, e porque fez uma emboscada a alguns e bateu-lhes duro, foi detido, e expulso do Malawi e proibido de entrar no país. Mas agora já vai ao Malawi [...]. O agente principal chamava-se Atanásio Filipe Muhate e trabalhava estreitamente com Jorge Jardim. *Aqui mesmo onde estamos há afilhados de Jorge Jardim e são muitos. Estou a ver alguém a*

rir-se aí, está a lembrar-se do padrinho! Esta acção de deserção, coordenada e dirigida pela PIDE, tinha como objectivos: a partir do Malawi, raptar populações e assassiná-las e atribuir estes actos criminosos à Frelimo; raptavam populações de Milange, Tacuane, Morrumbala; assaltar lojas e outros estabelecimentos e atribuir estes actos à Frelimo; No Malawi, raptar e assassinar militantes da Frelimo; em muitos casos, para mostrar fidelidade à PIDE, cortavam a cabeça a militantes da Frelimo e ela servia de troféu para apresentar aos seus patrões. Nesta ocasião prestamos homenagem ao velho Mutumula, que foi assassinado por bandidos zambezianos, sendo ele também Zambeziano. Tem um filho que está connosco. O velho Mutumula foi enviado pela Frelimo para organizar o interior a partir do Malawi. Os desertores zambezianos, que tinham a sua base lá servindo a PIDE, fizeram-lhe uma emboscada, assassinaram-no e cortaram-lhe a cabeça para ir mostrar à PIDE, para provar que de facto tinham assassinado o nosso companheiro Mutumula. Todos nós sabemos isso. O Bonifácio conhece isto. Tazama foi encarregado de fazer inquérito ao Malawi sobre os actos desses bandidos da Zambézia, desses desertores ao serviço da PIDE. Mas, muitos de vocês, são jovens não conhecem esta história... [sublinhados nossos] (Machel 1983: 27-28).

Este discurso de Samora Machel estava carregado de “tribalismo”, o mesmo fenómeno que a Frelimo dizia estar a combater. Para a Frelimo, a “anormalidade” dos Zambezianos levava-os a cometer actos bárbaros que outros Moçambicanos eram incapazes: apenas um bandido zambeziano era capaz de violar crianças ou matar seus outros irmãos zambezianos. São, pois, claramente compreensíveis as razões que levam os Zambezianos a não se identificarem com a Frelimo e a pensarem que este partido “nunca simpatizou com eles” e que a Zambézia foi “intencionalmente penalizada”:

Uma das questões que explica a impopularidade tem a ver com o abandono a que este partido votou a Zambézia. Só hoje fala-se do porto de Quelimane inoperante desde a independência? A província foi castigada intencionalmente porque diziam que os Zambezianos têm manias de que são assimilados [à cultura portuguesa], ora que tiveram dificuldades para fazer a luta armada. (Entrevista, A. Silva, Maputo, 13 de Janeiro de 2004)

Com o surgimento do Partido Revolucionário de Moçambique (PRM) e da Renamo, os Zambezianos foram de novo acusados pela Frelimo de apoiarem o banditismo armado com vista a derrubarem o regime de Maputo. Segundo Samora Machel, esta atitude devia-se ao “tribalismo” e à “falta de identidade” dos Zambezianos (Machel 1983: 28-30). É por isso que os bombardeamentos aéreos da Frelimo durante a guerra contra posições da Renamo, que destruíram inúmeras infra-estruturas, foram também vistos como um “complô” para destruir a Zambézia. Igualmente, a quase ausência de investimentos nesta província (que não é só específica à Zambézia, pois a maioria encontra-se concentrada em Maputo) é também interpretada como intencional. Na óptica de alguns Zambezianos, a Frelimo estaria também a bloquear investimentos para “destruir completamente a Zambézia”, como explica esta testemunha:

Hoje podemos dizer categoricamente que a Renamo tem uma influência muito forte. Durante o dia as pessoas são da Frelimo, mas durante a noite são da Renamo. Em relação à Zambézia houve uma intenção deliberada para destruir tudo. Isso foi uma estratégia deliberada durante a guerra civil. Já houve investidores que queriam ficar com o palmar, mas o governo não aceitou. A Zambézia está parada. Convém manter a Zambézia claramente e deliberadamente subdesenvolvida. O colono português deixava o Negro desenvolver-se, mas o governo da Frelimo nunca deu ao Zambeziano a possibilidade de libertar a sua iniciativa criadora. Não há o sentimento de que a Zambézia faz parte de Moçambique. Apenas convivemos [...] todos os postos mais importantes eram ocupados por pessoas do Sul. (Entrevista, C. Meragi, Quelimane, 27 de Novembro de 2005)

Esta exclusão dos Zambezianos do poder político alimenta a ideia de que todas as suas desgraças são da responsabilidade de pessoas do Sul. Em 1994, um pouco antes das eleições, Joaquim Chissano, então em visita à Zambézia, foi questionado pela população local, que queria saber por que é que os Zambezianos eram sistematicamente excluídos do poder. Joaquim Chisano respondeu dizendo que em Moçambique “só havia Moçambicanos” (Lundin 1995: 461). Este género de resposta frelimista é típico de um discurso pan-moçambicano, mas acaba revelando a distância entre a intenção e o gesto das elites políticas, uma vez que mascara a predominância de certos grupos étnicos nas posições de poder político. Se todos são moçambicanos, qual é a importância que as pessoas do Sul estejam sobre-represen-

tadas no aparelho do Estado? O simples facto de se evocar esta questão era visto como sinal de “tribalismo”. A Frelimo não percebia que esta reivindicação exprimia também sofrimento, fosse ele social, cultural ou simbólico. É este sentimento de exclusão que leva alguns notáveis Zambezianos a pedirem o federalismo, visto como única solução para uma redistribuição equitativa de recursos políticos e económicos. A maior parte dos partidos políticos formados por Zambezianos pede o federalismo. Bonifácio Gruveta, primeiro governador da Zambézia independente, ele próprio Zambeziano, diz que é a má política da Frelimo nesta província que leva os Zambezianos a pedir o federalismo:

O problema é da redistribuição da riqueza. A Zambézia já contribuiu com 60% para o orçamento do Estado. Que benefício tira disso? Nenhum! Mesmo se hoje já não é a mesma Zambézia, as pessoas não esquecem isso! A nossa política de redistribuição de riqueza foi má, a Frelimo negligenciou a Zambézia [...] A Zambézia não tem nem um hospital digno desse nome [...] Não há uma universidade pública [...] o ISPU¹¹ é criação de um Zambeziano, não tem nada a ver com o governo da Frelimo. Tudo isso leva as pessoas se perguntar para que serve a independência [...] é isso que explica a impopularidade da Frelimo na Zambézia. A Zambézia não tem ninguém no poder, ela nunca teve ninguém, isso frustra os Zambezianos. (Entrevista, Maputo, 14 de Janeiro de 2005)

O voto “renamista” da Zambézia será uma vingança à hostilidade da Frelimo?

Para C. Meragi, os discursos hostis de Samora Machel na Zambézia explicam também as reticências dos Zambezianos em relação à Frelimo:

Há também o discurso de Samora Machel que provocou o êxodo de muitos Zambezianos para Maputo [...] eram Zambezianos que se casavam com Maputenses [...] As pessoas pensavam que no caso de o governo tomar medidas repressivas contra os Zambezianos estariam protegidas [...] As pessoas diziam nas festas: estou protegido porque casei com uma Maputense [...], outros foram para Portugal. (Entrevista, Quelimane, 27 de Novembro de 2005)

Como é possível constatar com os diferentes exemplos acima dados, não restam dúvidas de que os discursos de Samora Machel foram sempre muito hostis à Zambézia. Já em 1975, aquando da sua “viagem do Rovuma ao Maputo”, Samora Machel tinha sido muito duro em relação aos Zambezianos, obrigando Joaquim Chissano a deslocar-se de emergência a Quelimane, a fim de acalmar os espíritos (Jardim 1976: 383). Mas foi o seu discurso de Junho de 1983, longamente citado aqui, que marcou definitivamente a ruptura com os Zambezianos. Discurso no qual, como vimos, chegou a acusá-los de serem “afilhados de Jorge Jardim”, de serem “elitistas”, de terem uma atitude paternalista em relação ao povo e de não se identificarem como Moçambicanos, mas sim como Portugueses (Machel 1983). Por isso, para a Frelimo, a Zambézia era uma “zona não libertada”¹². A população desta região não tinha compreendido o sentido da independência, o sentido da liberdade, tinha apenas compreendido o sentido do colonialismo. A razão fundamental disso devia-se, ainda segundo este partido, ao facto de a Zambézia ter vivido muito tempo com o colonialismo e à colonização particular e única (sistema de prazos, companhias capitalistas, evangelização) que esta região tinha conhecido. Segundo a Frelimo, ainda em 1978 era possível encontrar na Zambézia “muitos vínculos ideológicos com os prazeiros” (“Educação...” 1978). Estes indivíduos, antigos colaboradores do colonialismo, desprezavam os militantes da “revolução popular” e do partido, levavam um estilo de vida “aburguesado” e não tinham nenhuma “iniciativa criadora” porque estavam “impregnados de ideais colonialistas”. Esta forma de ser e de estar dos Zambezianos dificultava a tarefa do partido e impedia o “correcto e normal funcionamento do Estado”. Foi assim que altos quadros do aparelho do Estado, como o delegado da Rádio Moçambique na Zambézia, Né Afonso (da velha e importante família zambeziana dos Santana Afonso), foram exonerados (Tazama 1978). Outros tantos altos quadros, como o antigo Director da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), os directores dos Transportes, do Plano e das Obras Públicas, acusados de serem antigos membros da Acção Nacional Popular (ANP), o antigo partido único português, deviam seguir também o caminho de Né Afonso (Tazama 1978). Estes indivíduos estavam “muito assimilados à cultura portuguesa” que até festejavam os feriados portugueses, tais como o 10 de Junho, “dia de Portugal, de Camões e das Comunidades”, e convidavam, nas suas festas, os seus “irmãos” portugueses (Tazama 1978).

Ainda de acordo com o governo da Zambézia, esta situação também se fazia sentir nas forças armadas, ao nível da polícia e dos milicianos, simplesmente porque também se tratava de quadros herdados do tempo colonial. É neste sentido que foi movida uma

“ofensiva política” contra os professores zambezianos acusados de serem “filhos ideológicos dos padres” (“Educação...” 1978). No dia 7 de Outubro de 1978, foi levada a cabo uma “campanha contra o estilo de vida burguês” na cidade de Quelimane, considerada então, o centro de todos estes “males sociais” (Tazama 1978).

A perseguição a tal classe burguesa aconteceu um pouco por todo o país, mas a especificidade da Zambézia deve-se ao facto de a elite local, considerada “elitista e próxima do colonialismo”, ter sido a mais perseguida pelo regime da Frelimo. Isso explica em grande parte o êxodo da maior parte deles para Portugal¹³.

Segundo os testemunhos recolhidos junto dos mestiços zambezianos, estes sofreram muito com a política discriminatória da Frelimo. Muitos deles ainda se lembram com mágoa deste período:

Para a Frelimo, os Moçambicanos eram os negros, os mestiços sofreram muito aqui na Zambézia. Isso levará muito a cicatrizar. A Frelimo entrou muito mal na Zambézia [...], mesmo as visitas do presidente Samora não eram felizes [...] Todas as vezes os Zambezianos eram insultados. É por isso que os Zambezianos não aderem à Frelimo. (Entrevista, R. Trindade, 31 de Outubro de 2005)

De facto, cada visita de Samora Machel à Zambézia era motivo de sobressalto para os Zambezianos. A desconfiança era tal que o simples facto de não irem aos comícios ou reuniões do partido era visto pela Frelimo como sinal de “elitismo” ou de “racismo”. Para a Frelimo, todos os Zambezianos eram “elitistas” ou “aportuguesados”, ignorando que, na Zambézia, estamos perante uma sociedade atravessada por diferentes “idades coloniais”. Foi por isso que no seu combate contra todos estes “males sociais”, a Frelimo estigmatizou toda a sociedade zambeziana. Falar de uma pretensa “lusitanidade” ou “elitismo” faria sentido para a região que viveu sob o sistema de prazos (de Quelimane até ao rio Moniga) e não para a região dos Macua-Lomués, que só conheceram a presença portuguesa nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Devido a estas diferentes “idades coloniais”, estas duas regiões vivem sob um conflito permanente: os da zona dos antigos prazos, ou seja, os Chuabos, são acusados por Zambezianos de outros grupos étnicos de se considerarem mais “civilizados” do que os outros. Como se pode ver, não se pode falar de unidade zambeziana, a não ser, justamente, quando se trata de lutar contra o Sul, considerado como o novo “colonizador”.

As acusações de “elitismo”, “paternalismo” ou de “racismo” devem ser compreendidas como um conflito entre duas gerações de elites histórica e socialmente diferentes, cada uma à procura de hegemonia: trata-se de um conflito entre uma elite produzida pela primeira “idade colonial”, mercantil e escravagista, e uma outra, produto do capitalismo colonial do final do século XIX. Igualmente, diferentemente do extremo Norte do país, e apesar de ter sido marginalizada pelo capitalismo colonial, a “velha” elite zambeziana era suficientemente forte para não ver a Frelimo como solução para a sua emancipação.

O voto zambeziano a favor do antigo movimento rebelde é uma reacção à hostilização e à marginalização da Frelimo, e é neste sentido que deve ser compreendido, mas não só. Possui também um conteúdo autonomista de diferenciação com “Moçambique”, o voto de um território produzido pela primeira idade colonial, não capitalista e, para ele, “Moçambique”, tal como foi definido pelo imperialismo e capitalismo colonial depois da Conferência de Berlim (1884-1885) e do Ultimato britânico de 1890, não tinha pertinência.

Notas

- ¹ O prazo era uma concessão de terras da Coroa portuguesa aos Portugueses no Vale do Zambeze, por três gerações, com a obrigação de herança pela linha feminina. O proprietário do prazo era o prazeiro. Este sistema vigorou até ao final do século XIX, quando os prazos foram substituídos pelo capitalismo das companhias. Em consequência do contacto entre povos africanos, europeus e da Índia Portuguesa, o sistema de prazos na Zambézia produziu uma sociedade profundamente mestiça e única em Moçambique. Outro aspecto fundamental do regime de prazos é que os prazeiros foram sempre acusados de abusarem e de explorarem despoticamente as populações locais. Sobre os prazos na Zambézia, ver, por exemplo Newitt 1973, Isaacman 1972 e 1991, Capela 1995, Papagno 1980, e Vail & White 1980.
- ² Entrevista com G. Phiri, Tete, 27-28 de Outubro de 2004. O PRM descende da antiga União Nacional Africana da Rombézia (UNAR), criada em 1968 por Amós Sumane, antigo membro da Frelimo e do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) e que pretendia a independência da Rombézia, isto, é, a região que vai do Rovuma ao Zambeze (Cabo Delgado, Niassa, Tete, Nampula e Zambézia).
- ³ Para além de Joaquim Chissano da Frelimo e Afonso Dhlakama da Renamo, participaram na eleição presidencial, Máximo Dias do MONAMO/FAP, Casimiro Nhamitambo do Partido Sol, Carlos Reis da UNAMO, Padimbe Kamati do PPPM, Domingos Arouca do FUMO/PCD, Vasco Momboya do PACODE, Wehia Ripua do PADEMO, Yacoob Sibindy do PIMO e ainda Mário Machel e Carlos Jeque, ambos como independentes.
- ⁴ A lei eleitoral moçambicana estabelecia que para um partido ter representação parlamentar devia obter no mínimo 5% do total dos votos nacionais. Sobre o estranho sucesso da UD, ver Brito 1995 e Cahen 2002.
- ⁵ Trata-se da Frente Unida de Moçambique (UDF), do Movimento Nacional de Moçambique (Monamo), do Partido de Coligação Nacional (PCN), do Partido de Unidade Nacional (PUN), da Frente de Aliança Patriótica (FAP), do Partido do Progresso do Povo de Moçambique (PPPM), da Frente Unida de Moçambique (FUMO), da Aliança Nacional de Moçambique (ALIMO), do Partido de Renovação Democrática (PRD) e da União Nacional de Moçambique (UMO).
- ⁶ Trata-se da União Moçambicana da Oposição (UMO), do Partido Trabalhista (PT), do Partido Democrático e Liberal de Moçambique (PADELIMO), do Partido Nacional dos Operários e Camponeses (PANAOC), do Partido Para o Desenvolvimento Social de Moçambique (PASOMO), do Partido do Progresso e Liberal de Moçambique (PPLM) e do Partido Liberal de Moçambique (PALMO).
- ⁷ Para além de Armando Guebuza da Frelimo e Afonso Dhlakama da Renamo, que concorreram para as eleições presidenciais, havia também Carlos Reis da coligação Movimento para a Boa Governação (MBG), Raul Domingos do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD) e Yacoob Sibindy do Partido Independente de Moçambique (PIMO). Para além da Frelimo e da Renamo-União Eleitoral, os restantes partidos ou coligações que apenas concorreram para as legislativas são o Partido de Reconciliação Nacional (PARENA), o Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAS), o Partido de Ampliação Social (PASOMO), o partido Sol (PS), o Partido Ecologista (PE), Partido os Verdes de Moçambique (PVM), o Partido Liberal

Democrático (PALMO), o Partido da Reconciliação Democrática (PARENA), o Partido Democrático e Liberal de Moçambique (PADELIMO), o Congresso dos Democratas Unidos de Moçambique (CDU), União Democrática (UD), a Frente Alargada da Oposição (FAO) e a União para a Salvação de Moçambique (USAMO).

⁸ Trata-se de uma observação pessoal, pois tive a oportunidade de fazer parte da equipa do Observatório Eleitoral na Zambézia.

⁹ Movimento messiânico surgido na Zambézia durante a guerra civil e que pretendia acabar com a guerra da Renamo. Um pouco mais tarde, os *Naparamas* (que também actuaram em Nam-pula) foram cooptados pela Frelimo para juntos combaterem a Renamo, tendo ambos participado em inúmeras atrocidades contra as populações locais. Sobre os Naparamas ver Chichava 2007 e Vines 1996.

¹⁰ Importante homem de negócios de origem portuguesa que estava sediado na Beira. Era proprietário dos jornais *Notícias da Beira*, *Voz Africana e Economia de Moçambique* publicados na cidade da Beira. Também tinha acções no semanário Tempo publicado em Lourenço Marques (actual Maputo). Figura muito próxima do regime de Salazar (mas sem boas relações com Marcelo Caetano) e grande amigo de Kamuzu Banda, Jorge Jardim havia sido nomeado Cônsul do Malawi na Beira, no dia da independência deste país. Jorge Jardim caiu em desgraça com a queda do “Estado Novo”. Grande inimigo do comunismo, ele defendia, entre outros, uma independência das colónias portuguesas, em particular de Moçambique, que passava pela formação de uma “comunidade luso-brasileira”, onde Portugal jogaria um papel fundamental e o português seria a língua oficial e onde os interesses portugueses seriam preservados e teriam um tratamento privilegiado. Estas ideias, segundo o próprio Jorge Jardim, tinham o apoio do antigo presidente zambiano Kenneth Kaunda e inscreviam-se no “Programa de Lusaca” mantido confidencial e assinado em 1973. A própria Frelimo estava, então, muito interessada na proposta.

¹¹ Instituto Politécnico e Universitário, uma universidade privada.

¹² Uma das chaves para compreender as relações entre os Zambezianos e a Frelimo tem que ver com a visão que a Frelimo tinha da sociedade moçambicana no seu todo nos primeiros anos da independência. Segundo a Frelimo, a sociedade moçambicana dividia-se globalmente em duas partes completamente distintas: “zonas libertadas” e “zonas não libertadas”. As “zonas libertadas” eram as que tinham sido subtraídas ao inimigo durante a guerra. De acordo com esta visão, que era produto da experiência da Frelimo durante a luta anticolonial, havia um fosso entre estas duas regiões: as “zonas libertadas” eram consideradas zonas livres de intrigas, do individualismo, da exploração do homem pelo homem, zonas caracterizadas pela existência de novas instituições do poder popular e democrático e por um novo tipo de relacionamento entre os homens. Enquanto isso, as “zonas não libertadas” eram o contrário de tudo isso e caracterizavam-se pelo facto de a população local viver ainda segundo o *modus vivendi* colonial. Era precisamente nestas zonas que se deveria proceder a uma “descolonização mental”, dizia a Frelimo.

¹³ Segundo Samora Machel (1983: 38-42), a Zambézia foi a província que registou o maior número de assimilados que abandonaram o país à seguir à independência.

Referências

- A copra na economia geral da colónia de Moçambique*. 1950. Braga: Livraria Cruz.
- A leitura da situação é de Afonso Dhlakama. Chissano não acertou nas suas promessas. 1995. *Savana*, 3 de Fevereiro de 1995.
- A nossa luta não é contra raça nenhuma mas sim contra o colonialismo. Samora Machel em Milange. 1975. *Notícias*, 5 de Junho de 1975.
- Afonso Dhlakama. Campanha eleitoral Zambézia. Mocuba e Namacurra*. 2004. Maputo: Televisão de Moçambique, Novembro de 2004.
- Afonso Dhlakama em Quelimane. De lenço verde ao pescoço. 1994. *Savana*, 23 de Setembro de 1994.
- Alegadas pela Renamo. Dossier de irregularidades dá entrada na CNE. 1994. *Savana*, 11 de Novembro de 1994.
- Armando Guebuza. Eleições 2004, Zambézia*. 2004. Maputo: Televisão de Moçambique, Novembro.
- Brito, L. 1995. O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. In B. Mazula, org. *Moçambique. Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: s.n., 473-499.
- Cahen, M. 2001. Mozambique: l'instabilité comme gouvernance?. *Politique Africaine*, 80, 111-135.
- Cahen, M. 2002. *Les Bandits. Un historien au Mozambique*, 1994. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Capela, J. 1995. *Donas, Senhoras e Escravos*. Porto: Afrontamento.
- Chichava, S. 2007. *Le "vieux" Mozambique. Étude sur l'identité politique de la Zambézie*. Bordeaux: Université Montesquieu-Bordeaux IV, Institut d'Études Politiques de Bordeaux (Thèse de doctorat).
- Chissano on the hustings. 1994. *Mozambiquefile*, 220, Novembro de 1994.
- Como votarão os descontentes? 2004. *MediaFax*, 30 de Novembro de 2004. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2004/11/como_votaro_os_.html (consultado a 20 de Março de 2006).
- Dhlakama na Zambézia: Renamo é o único capaz de resolver os problemas do país. 1994. *Domingo*, 25 de Setembro de 1994.
- Educação e Cultura. Desencadeada na Zambézia ofensiva política nas escolas. Trinta estabelecimentos criados em 1978. 1978. *Notícias*, 10 de Outubro de 1978.

Eleições: Chissano e Dhlakama iniciam campanha na casa do “inimigo”. 1999. *Boletim Lusa*, 19 de Outubro de 1999.

Hanlon, J. 1996. *Peace without profit. How IMF blocks rebuilding in Mozambique*. Oxford: Heinemann.

Isaacman, A. 1972. *Mozambique. The Africanization of an European institution. The Zambezi Praios 1750-1902*. London, Madison: University of Wisconsin Press.

Isaacman, A. 1991. Os Prazeiros como Trans-raianos: um estudo sobre a transformação social e cultural. *Arquivo*, 10, 37-82.

Jardim, J. 1976. *Moçambique. Terra queimada*. Lisboa: Intervenção.

Lundin, I. 1995. Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In B. Mazula org. *Moçambique. Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: s.n., 423-472.

Machel, S. 1983. *A nossa força está na unidade (Intervenção do Presidente Samora Machel no comício realizado em Quelimane, em 19 de Junho de 1983, para apresentação do novo dirigente da Província da Zambézia)*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco.

Newitt, M. 1973. *Portuguese Settlement on the Zambesi*. London: Longman.

Papagno, G. 1980. *Colonialismo e feudalismo: a questão dos prazos da coroa nos finais do século XIX*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Retrospectiva da campanha eleitoral de Afonso Dhlakama. 1994. Maputo: Televisão de Moçambique, 18 de Novembro.

The Carter Center. 2004. *Relatório do Carter Center sobre a actualização do Recenseamento Eleitoral de Moçambique - 28 de Junho -15 de Julho de 2004*. Atlanta, Maputo. Disponível em: <http://www.cartercenter.org/Documentos/1831.pdf> (consultado a 7 de Janeiro de 2007).

Vail, L. & White, L. 1980. *Capitalism and Colonialism in Mozambique. A study of Quelimane district*. London: Heinemann.

Visita do presidente Chissano à Zambézia. 1994. Maputo: Televisão de Moçambique. 3 de Setembro.

Zambézia: o difícil escoamento dos produtos agrícolas. Copra: 10 mil toneladas à espera de barco. 1978. *Tempo*, 9 de Julho de 1978.

Zambézia. Queremos ganhar todos os lugares disponíveis. 2004. *Domingo*, 14 de Novembro de 2004.

Zambézia Online. 2006a. *Governo gasta cerca de 70 milhões para ex-trabalhadores do Complexo Agro-pecuário de Lioma*. Disponível em:

<http://www.zambezia.co.mz/content/view/1876/81/> (consultado a 20 de Março 2006).

Zambézia Online. 2006b. *No Gurué: Governo paga salários das indemnizações dos trabalhadores da extinta Emochá*. Disponível em:

<http://www.zambezia.co.mz/content/view/2279/>(consultado a 28 de Junho 2006).

Documentos do Arquivo do Governo da Zambézia (AGZ)

Administração do Posto Administrativo de Gilé (ADDGI). 1986. *Relatório da situação política, económica e social do distrito do Gilé referente ao mês de Abril de 1986*.

Administração do Posto Administrativo de Maganja da Costa (ADDMC). 1986. *Relatório de trabalho realizado em Mabala, Cabuir e Muolôa de 1 a 11 de Setembro de 1986*.

Administração do Posto Administrativo de Molumbo (ADMPMOL). 2000. *Relatório trimestral*, 31 de Março de 2000.

Administração do Posto Administrativo de Morrumbala (ADDMOR). 1991. *Informação de carácter confidencial*, Morrumbala, 5 de Março de 1991.

Governo da Província da Zambézia (GPZ). 1993. *Síntese da visita de sua excelência Ministro da Agricultura ao Distrito de Nicoadala*.

Ministério da Defesa Nacional (MDN). 1980. *Relatório sobre a reunião do Comando conjunto realizada em Mocuba no dia 18 de Dezembro de 1980*.

Ministério da Defesa Nacional (MDN). 1982. *Síntese da reunião conjunta das Forças de Defesa e Segurança das Províncias do Niassa e Zambézia*. Milange, 4 de Fevereiro.

Tazama, O. 1978. *Relatório sobre a situação da província referente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 1978*.